



O COMUM NO DIREITO À CIDADE: AS TIPOLOGIAS DO URBANISMO TÁTICO

Giovana Fernandes

Profa. Dra. Carolina Akemi Martins Morita Nakahara

Instituto de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo

giovana.fernandes@usp.br

Objetivos

Esta pesquisa teve por objetivo geral compreender as relações entre o conceito de “commons” (comum) e os processos participativos de urbanismo tático para a construção do direito à cidade lefebvriano”. Já os objetivos específicos foram definidos pelos seguintes:

- 1) Compreender o sentido do **direito à cidade** do filósofo Henri Lefebvre;
- 2) Compreender o sentido dos ‘**commons**’;
- 3) Investigar as possíveis intersecções entre os ‘commons’ e o direito à cidade;
- 4) Levantar e mapear as propostas de urbanismo tático mais relevantes atualmente, a partir de estudos já realizados;
- 5) Cotejar essas propostas de urbanismo tático à luz da chave conceitual proposta;
- 6) Identificar as tipologias presentes no urbanismo tático;
- 7) Investigar quais as possibilidades dos ‘commons’ ou do direito à cidade nessas tipologias;
- 8) Confrontar os dados com o estudo teórico-conceitual pertinente, em busca de indícios sobre tipologias que contribuem para o direito à cidade lefebvriano.

Métodos e Procedimentos

A metodologia base aplicada para o desenvolvimento do presente projeto de iniciação científica foi a pesquisa bibliográfica e teórico-conceitual, de forma que, inicialmente, foram investigados os termos e discussões que elucidam a chave conceitual do trabalho e, a partir das discussões estabelecidas pela orientação individual e reuniões em grupos, foram concretizadas as aproximações e análises comparativas entre as bases teóricas, conjunto que constitui o principal resultado da pesquisa.

Paralelamente, utilizou-se a análise e sistematização de tipologias relacionadas a projetos arquitetônicos e urbanos envolvidos com o urbanismo tático, transpondo-as também para a escala comparativa. Isso permitiu realizar uma análise crítica sobre as contradições entre teoria e prática, a visto que a base conceitual concebida anteriormente iluminou tanto a potência quanto as deficiências das aplicações práticas analisadas. Com isso, possibilitou verificar a presença das condições de efetivação da discussão teórica no campo prático da Arquitetura e do Urbanismo.

Resultados

Como resultado final de pesquisa, obteve-se um material que estabelece diferentes chaves de aproximação entre os materiais estudados. Primeiramente, colocando em diálogo autores de grande relevância para o campo teórico da Arquitetura e Urbanismo, foram elaboradas tabelas que sintetizam as palavras-chave na obra de cada autor e buscam apurar os significados que esses termos principais carregam em cada discussão.

A construção dessa tabela comparativa foi norteada pelos termos e ideias mais recorrentes, nos autores analisados, quando definiam seus próprios conceitos, a saber: 1) em Henri Lefebvre, ao definir nos sentidos do direito à cidade; 2) Em Dardot & Laval, quando defendem a ideia do comum. Cada termo encontrado possibilitou compor uma espécie de “constelação” conceitual que permitiu iluminar o universo de discussão desses autores.

TÍTULO	AUTOR	TERMO	CITAÇÃO	PÁGINA
O direito à cidade	Henri Lefebvre	Apropriação	Entretanto, persiste a diferença entre produto e obra. Ao sentido da produção dos produtos (do domínio científico e técnico sobre a natureza material) deve-se acrescentar, para, a seguir predominar, o sentido da obra, da apropriação (do tempo, do espaço, do corpo, do desejo). E isto na e pela sociedade urbana que começa. Ora, a classe operária não tem espontaneamente o sentido da obra.	140
		Obra	Entretanto, persiste a diferença entre produto e obra. Ao sentido da produção dos produtos (do domínio científico e técnico sobre a natureza material) deve-se acrescentar, para, a seguir predominar, o sentido da obra, da apropriação (do tempo, do espaço, do corpo, do desejo).	140
		Coletivo	Consideremos apenas a cidade arcaica (grega ou romana) de que partem as sociedades e as civilizações ditas “ocidentais”. Esta cidade resulta geralmente de um sinecismo, reunião de várias aldeias ou tribos estabelecidas num território. Esta unidade permite o desenvolvimento da divisão do trabalho e da propriedade mobiliária (dinheiro) sem todavia destruir a propriedade coletiva ou antes “comunitária” do solo.	36
		Lúdico	Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível.	85
		Fruição	Ela só tinha, só tem sentido como obra, como fim, como lugar de livre fruição , como domínio do valor de uso; ora, sujeitam-na às coações, aos imperativos do “equilíbrio” em condições estreitamente limitativas, não é mais do que o instrumento de uma organização que aliás não consegue se consolidar ao determinar suas condições de estabilidade e de equilíbrio, organização segundo a qual necessidades reperiórias e teleguiadas são satisfeitas aniquilando-se objetos reperiórios cuja probabilidade de duração (a obsolescência) é, ela mesma, objeto de ciência.	82
		Prazer	O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro).	12
		Habitar	No nível ecológico, o habitar torna-se essencial. A cidade envolve o habitar ; ela é forma, envelope desse local de vida “privada”, ponto de partida e de chegada das redes que permitem as informações e que transmitem as ordens (impondo a ordem distante à ordem próxima).	67
		Desejo	Através dessas necessidades especificadas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos.	105

Tabela 1: Principais termos recorrentes na obra de Henri Lefebvre - (reduzida em relação à original)

Ademais, na etapa de estudo e análise do conceito de Comum, construiu-se uma linha do tempo que relaciona os conceitos de Dardot & Laval com Henri Lefebvre, partindo de uma retomada histórica que se inicia nas cidades da antiguidade, destacando processos históricos como o cercamento dos comuns e sua importância para o desenvolvimento do capitalismo industrial, até alcançar o momento de produção das obras estudadas, nos séculos XX e XXI.

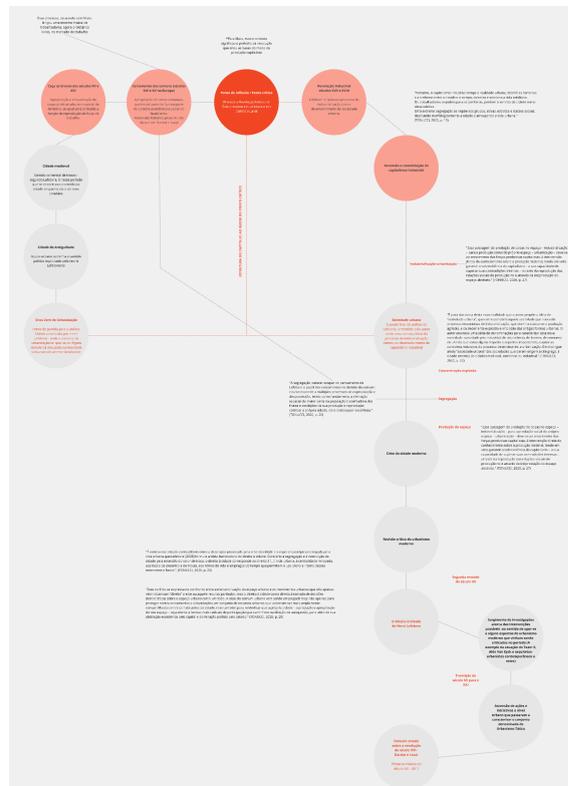


Figura 1: Linha do tempo - processos históricos que permeiam a supressão dos comuns e o desenvolvimento do capitalismo industrial.

(Imagem em maior qualidade:

<https://drive.google.com/file/d/138lub3nNsKQb5fYiCWEOVyfyDdxZZGtM/view?usp=sharing>)

Com essa base teórica e histórica consolidada, partiu-se para a elaboração de uma tabela de ações de urbanismo tático por meio da metodologia adotada por FONTES, 2021. Essa tabela constitui a etapa final do trabalho e

compara a efetivação dos projetos e a capacidade de concretização de conceitos como o do Direito à Cidade Lefebvriano ou do Comum de Dardot & Laval nessas iniciativas. Esse conjunto forneceu um arcabouço que capacitou-nos a analisar quais aproximações poderiam efetivamente ser colocadas entre o rol de concretizações do direito à cidade ou do comum urbano. Isto é, possibilitou-nos compreender criticamente de que maneira as teorias desses diferentes pensadores têm sido usadas com o engajamento necessário ou apenas instrumentalmente no campo das ações práticas atuais.

Fase	Intervenções mapeadas no material "Urbanismo Táctico: X ações para transformar cidades". Adriana Serrão Fontes, João Pedro Piná, Larissa Martins da Paiva – Rio de Janeiro - Ed. UFRJ, 2021.
Preparatória	Escolha do local e aprovação pela prefeitura
Eliminatória	Bonês para produção e construção
Temporária	Novo espaço público para a comunidade - Cozinha, socialização e distribuição *Com possibilidade de emancipação
Permanente	
Organização das ações no site	<p>Tipologias Baixo para cima / Longo prazo</p> <p>Superfícies 25.200 m²</p> <p>Local Rio de Janeiro, SR 2006</p> <p>Ano de início Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Sma), Secretaria Municipal de Educação (SME), Conselho LGPI, Escolas Municipais e a comunidade</p> <p>Altoes Prefeitura de Cidade do Rio de Janeiro</p> <p>Financiamento</p> <p>Número de intervenções 55</p>
Fachamento de ruas	
Criação de praças	
Rebocamento viário	
Instalação de parklets	
Platão de hortas	X
Criação de canteiros	
Tipologias	
De baixo para cima	X
De cima para baixo	
Híbrido	
Curto prazo	X
Longo prazo	
Ações multipolares ou expansivas - mastel e escola	
0 - 10 mil m²	X
10 - 40 mil m²	
40 - 80 mil m²	
Situação preexistente	
Problemas de tráfego	
Acidentes viários	
Proximidade dos adormecidos	
Excesso de espaços subutilizados	X
Escalação de áreas verticais	
Segurança viária	
Reorganização do tráfego	
Permeabilização	X
Espacos de permanência ou produtivos	X
Ocupação de espaços ociosos	X
Melhora da qualidade do ar	
Interação viária	
Área residual	X
Vagas para veículos	
Lote vazio	
Caixa de rua	
Prace	
Setor público	X
Setor privado	
ONG	
Instituição de ensino	X
Associação	
Comunidade	X
Programas de intervenção	
Demarcação de piso	
Delimitadores	
Sinalização	
Comercio	
Mobilidade	X
Vegetação	X
Programação cultural	
Atividades participativas	X
Arte pública	
Interação social	
Parque	
Multinodal	
Rede	X
Escala de prioridade de cima para baixo	
Espacos públicos tradicionais	
Espacos residuais	
Lotés vazios	
Espacos privados	

Tabela 2: Metodologia de análise das ações de urbanismo táctico estudadas - (reduzida em relação à original)

Conclusões

A principal conclusão extraída da pesquisa se direciona para aquilo que tange a análise teórico-prática, quando colocadas em paralelo uma com a outra. O foco foi analisar se os aspectos que se colocam como requisitos para a efetivação do que se propõe como discussão teórica e transposição para a prática realmente estão sendo efetivados nessas soluções adotadas como objeto de estudo, principalmente as iniciativas de **Urbanismo Táctico**. Nesse caso, as principais divergências que se expressam nesse sentido são aquelas relacionadas aos tensionamentos que quase todos os autores entreveem em suas teorias como sendo o principal processo que se encontra presente na efetivação, por exemplo, do Direito à Cidade ou de outro conceito como o do Comum.

Muitas vezes, notou-se que as iniciativas atualmente compreendidas como Urbanismo Táctico ainda se encontram bastante subordinadas ora ao poder público, ora à iniciativa de uma figura privada - priorizando elementos como o lucro pessoal -, o que as afasta ainda mais dos conceitos estudados. Isso porque, tanto o Direito à Cidade Lefebvriano quanto o Comum em Dardot & Laval sugerem a necessidade de um engajamento político e coletivo da população, ao compreenderem que o território urbano se constitui como um local de lutas e disputas sociais. Portanto, ao invés da subordinação a um poder que se impõe verticalmente ou na forma de iniciativas privadas, os autores defendem uma apropriação coletiva e criadora da cidade, em que a população se torna consciente de seu papel político e tensiona o poder hegemônico. No entanto, percebemos que esses tensionamentos acabam se perdendo ao longo de processos que objetivam concretizar essas iniciativas de maneira pragmática e torná-las institucionalizadas, conceito que também se opõe ao que Dardot & Laval definem como a **práxis instituinte**.

Contudo, é válido ressaltar que a participação e a gestão das comunidades envolvidas nessas

ações são aspectos positivos e de grande potencial, tendo em vista que apesar do fato de ainda se submeterem à aprovação por parte de um poder dominante, a participação da comunidade nessas ações demonstra um interesse genuíno da população em agir de maneira ativa no espaço em que se inserem, uma real motivação para apropriar-se daquele meio de forma comunitária.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Carolina Akemi Martins Morita Nakahara pelo apoio e acompanhamento essenciais ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Aos meus pais e irmão, pela educação e amor incondicional que me deram durante toda a vida. Ao meu companheiro, Guilherme, e meus amigos. Finalmente, ao Programa Unificado de Bolsas, que, por meio das bolsas de financiamento de pesquisa na Universidade de São Paulo, contribui com a permanência estudantil dos alunos e pesquisadores na universidade, fundamental para a garantia de um ensino público, gratuito e de qualidade.

Referências

AVERMAETE, Tom. *The Commons and the Production of City Life*. São Paulo: S. Week Reader, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direito à cidade". *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 01, p. 349-369, Mar. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662020000100349&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Set. 2023.

FONTES, A. S. *Urbanismo tático: X ações para transformar cidades* / Adriana Sansão Fontes, João Pedro Pina, Larissa Martins de Paiva. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LAVAL, C.; DARDOT, P. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEFEBVRE, H. *The Production of space*. (1974). Oxford: Blackwell Publishing, 1991b.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2016a.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. *Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MUF. *Rights of common: ownership, participation, risk*. In: JONES, P. B.; PETRESCU, D.; TILL, J. (Eds.). *Architecture and Participation*. Londres: Spon Press, 2005.

NAKAHARA, C. A. M. M. *Do habitat ao habitar poético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre*. 2021. Tese (Doutorado) - FAUUSP, São Paulo, 2021.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana*. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 01, p. 370-404. Fev. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/48273/32637>>. Acesso em: Fev. 2024.